

GRAN

## CADERNO DE PROVAS OBJETIVAS

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os dados transcritos acima estão corretos e se estão corretamente registrados na sua **Folha de Respostas**. Confira também os dados em cada página numerada deste caderno de provas (desconsidere estas instruções, caso se trate de caderno de provas reserva). Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua **Folha de Respostas**, correspondentes às provas objetivas. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito e(ou) apresente divergência quanto aos dados apresentados, solicite, de imediato, ao(a) aplicador(a) de provas mais próximo(a) que tome as providências necessárias.
- 2 Durante a realização das provas, não se comunique com outros(as) candidatos(as) nem se levante sem autorização de um(a) dos(as) aplicadores(as) de provas.
- 3 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da **Folha de Respostas**.
- 4 Ao terminar as provas, chame o(a) aplicador(a) de provas mais próximo(a), devolva-lhe a sua **Folha de Respostas** e deixe o local de provas.
- 5 Nenhuma folha deste caderno pode ser levada para fora, exceto a **Folha de Respostas**, cujo cabeçalho será destacado pelo(a) chefe de sala ao final das provas, para fins de desidentificação.
- 6 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou na **Folha de Respostas** implicará a anulação das suas provas.

### OBSERVAÇÕES

- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.
- Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.

GRAN

VOCÊ É IMPARÁVEL!



## FOLHA DE ROSTO ORIENTATIVA PARA PROVA OBJETIVA

LEIA AS ORIENTAÇÕES COM CALMA E ATENÇÃO!

### INSTRUÇÕES GERAIS

- Atenção ao tempo de duração da prova, que já inclui o preenchimento da folha de respostas.
- Cada uma das questões da prova objetiva está vinculada ao comando que imediatamente a antecede e contém orientação necessária para resposta. Para cada questão, existe apenas UMA resposta válida e de acordo com o gabarito.
- Faltando uma hora para o término do simulado, você receberá um *e-mail* para preencher o cartão-resposta, a fim de avaliar sua posição no *ranking*. Basta clicar no botão vermelho de PREENCHER GABARITO, que estará no *e-mail*, ou acessar a página de *download* da prova. Você deve fazer o cadastro em nossa plataforma para participar do *ranking*. Não se preocupe: o cadastro é grátis e muito simples de ser realizado.
  - **Se a sua prova for estilo Certo ou Errado (CESPE/CEBRASPE):**  
marque o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO. Se optar por não responder a uma determinada questão, marque o campo “EM BRANCO”. Lembrando que, neste estilo de banca, uma resposta errada anula uma resposta certa.  
Obs.: Se não houver sinalização quanto à prova ser estilo Cespe/Cebraspe, apesar de ser no estilo CERTO e ERRADO, você não terá questões anuladas no cartão-resposta em caso de respostas erradas.
  - **Se a sua prova for estilo Múltipla Escolha:**  
marque o campo designado com a letra da alternativa escolhida (A, B, C, D ou E). É preciso responder a todas as questões, pois o sistema não permite o envio do cartão com respostas em branco.
- Uma hora após o encerramento do prazo para preencher o cartão-resposta, você receberá um *e-mail* com o gabarito para conferir seus acertos e erros. Caso você seja aluno da Assinatura Ilimitada, você receberá, com o gabarito, a prova completa comentada – uma vantagem exclusiva para assinantes, com acesso apenas pelo *e-mail* e pelo ambiente do aluno.
- Não serão realizadas correções individuais das provas discursivas.

Em caso de solicitação de recurso para alguma questão, envie para o *e-mail*:

[treinodificil\\_jogofacil@grancursosonline.com.br](mailto:treinodificil_jogofacil@grancursosonline.com.br).

Nossa ouvidoria terá até dois dias úteis para responder à solicitação.

Desejamos uma excelente prova!



## FICHA TÉCNICA DO MATERIAL

grancursosonline.com.br

### **CÓDIGO:**

2410168329M

### **TIPO DE MATERIAL:**

Simulado Preparatório

### **NUMERAÇÃO:**

6º Simulado

### **NOME DO ÓRGÃO:**

Tribunal Superior Eleitoral + Tribunal Regional Eleitoral  
TSE + TREs (Concurso Unificado)

### **CARGO:**

Cargo 20: Técnico Judiciário – Área Administrativa  
Agente de Polícia Judicial

### **MODELO/BANCA:**

Cebraspe

### **EDITAL:**

Pós-Edital

### **DATA DE APLICAÇÃO:**

10/2024

### **ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO:**

10/2024

*Este material está sujeito a atualizações. O Gran não se responsabiliza por custos de impressão, que deve ser realizada sob responsabilidade exclusiva do aluno.*

# TSE + TRES (CONCURSO UNIFICADO) – 6º SIMULADO – CARGO 20: TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADM. – AGENTE DE POLÍCIA JUDICIAL (PÓS-EDITAL)

## CONHECIMENTOS BÁSICOS

### Língua Portuguesa

Fidelis Almeida

#### Texto I

1 Pode-se sempre responder que não há nada particularmente  
novo nessa situação: a vida de trabalho sempre foi cheia de incertezas, desde tempos imemoriais. A incerteza de hoje, porém, é de um tipo inteiramente novo. Os temíveis desastres que podem  
5 devastar nossa sobrevivência e suas perspectivas não são do tipo que possa ser repellido ou contra que se possa lutar unindo forças, permanecendo unidos e com medidas debatidas, acordadas e postas em prática em conjunto. Os desastres mais terríveis acontecem hoje aleatoriamente, escolhendo suas vítimas com a lógica mais bizarra  
10 ou sem qualquer lógica, distribuindo seus golpes caprichosamente, de tal forma que não há como prever quem será condenado e quem será salvo. A incerteza do presente é uma poderosa força individualizadora. Ela divide em vez de unir, e como não há maneira de dizer quem acordará no próximo dia em qual divisão, a ideia de “interesse comum” fica cada vez mais nebulosa e perde todo valor prático.  
15

Os medos, ansiedades e angústias contemporâneos são feitos para serem sofridos em solidão. Não se somam, não se acumulam numa “causa comum”, não têm endereço específico, e muito menos óbvio. Isso priva as posições de solidariedade de seu status antigo  
20 de táticas racionais e sugere uma estratégia de vida muito diferente da que levou ao estabelecimento das organizações militantes em defesa da classe trabalhadora. Ao falar com pessoas já atingidas ou que temiam vir a ser atingidas pelas mudanças correntes nas condições de emprego, Pierre Bourdieu ouviu vezes sem conta que “em  
25 face das novas formas de exploração, notavelmente favorecidas pela desregulação do trabalho e pelo desenvolvimento do emprego temporário, as formas tradicionais de ação sindical são consideradas inadequadas”. Bourdieu conclui que fatos recentes “quebraram os fundamentos das solidariedades passadas” e que o resultante  
30 “desencantamento vai de mãos dadas com o desaparecimento do espírito de militância e participação política”.

Fonte: BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2001.  
Texto adaptado.

Acerca das ideias e da organização discursiva do texto I, julgue os itens a seguir.

- 1 No texto, é possível inferir que a ideia de “interesse comum” mantém sua relevância prática em meio às incertezas contemporâneas.
- 2 O texto sugere que a lógica por trás dos desastres contemporâneos pode ser compreendida e antecipada, permitindo ações de mitigação coletivas.
- 3 Segundo o texto, Pierre Bourdieu considerava que as novas formas de exploração, como a desregulação do trabalho, promovem uma renovação das formas tradicionais de solidariedade e militância.

- 4 O texto sugere que, no cenário atual, a solidariedade perde seu valor como uma estratégia racional diante das incertezas que acometem os indivíduos.
- 5 A nova natureza dos desastres mencionados no texto implica que as antigas estratégias coletivas de enfrentamento não são mais válidas diante das ameaças contemporâneas.
- 6 O texto é predominantemente de tipologia expositiva, pois apresenta informações sobre as incertezas da vida moderna.

Acerca dos aspectos linguísticos do texto I, julgue os itens subsequentes.

- 7 Preserva-se a correção gramatical do texto caso o adjetivo “contemporâneos” (primeiro período do segundo parágrafo) seja reescrito como **contemporâneas**.
- 8 A oração “para serem sofridos em solidão” (primeiro período do segundo parágrafo) expressa a noção de consequência.
- 9 O vocábulo “inteiramente” (segundo período do primeiro parágrafo) e “aleatoriamente” (quarto período do primeiro parágrafo) desempenham a função de advérbios de modo.
- 10 O emprego da vírgula logo após “caprichosamente” (quarto período do primeiro parágrafo) é facultativo.
- 11 Seria preservada a correção gramatical do texto caso a forma verbal “possa” (terceiro período do primeiro parágrafo) fosse flexionada como “possam”, de forma a concordar com “desastres”.
- 12 No texto, os vocábulos “sobrevivência” e “contemporâneos” são graficamente acentuados segundo a mesma regra.

#### Texto II

- 1 O considerável desenvolvimento da lavoura cafeeira contará como primeiro fator no reajustamento da vida econômica do Brasil, tão abalada desde a transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro e a emancipação política do país. As crescentes exportações de café que tomam logo um vulto que deixa a perder de vista o intercâmbio comercial do passado, permitirão não somente restaurar o balanço das contas externas do país, tão comprometidas na fase anterior, mas restaurá-lo em nível nitidamente superior a tudo quanto o Brasil conhecera no passado. A partir de 1860, o comércio exterior começa a se saldar invariavelmente com superávits crescentes. E isto apesar de uma importação que se avolumava; o que permitiu aliás não somente uma ascensão sensível do padrão de vida da população — pelo menos de certas classes e regiões — mas também o aparelhamento técnico do país, inteiramente dependente,  
15 neste terreno, do estrangeiro. Refiro-me a estradas de ferro e outros meios de comunicação e transportes, mecanização das indústrias rurais, instalação de algumas primeiras manufaturas etc. Pode-se



dizer que é nesta época que o Brasil tomará pela primeira vez conhecimento do que fosse o progresso moderno e uma certa riqueza e bem-estar material.

Mas não será apenas esta a consequência mais imediata do desenvolvimento da lavoura cafeeira. Ele terá também o efeito de reforçar a estrutura tradicional da economia brasileira, volta-da inteiramente para a produção intensiva de uns poucos gêneros destinados à exportação. Graças ao amparo de um artigo como o café, de largas facilidades de produção no país e de considerável importância comercial nos mercados mundiais, aquela estrutura, momentaneamente abalada pelas transformações sofridas pelo país na primeira parte do século, consegue se refazer e prosperar mesmo consideravelmente ainda por muito tempo. E com ela se reforçarão também os diferentes elementos econômicos a ela ligados e que já discriminamos ao tratar da colônia cujo sistema econômico se perpetuara no Brasil independente: a grande propriedade monocultural trabalhada por escravos. Apesar das contradições inerentes a tal sistema no momento de que nos ocupamos, foi possível ainda reestabilizar na sua base a vida do país.

(Adaptado de: PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Circulo do Livro, s. d.)

Os itens seguintes referem-se às ideias do texto II. Julgue-os.

- 13 Segundo o texto, o desenvolvimento da lavoura cafeeira consolidou uma economia planejada no Brasil, com a inclusão de novas cadeias produtivas voltadas para o mercado interno e externo.
- 14 O texto indica que o aumento das importações durante o período de expansão cafeeira impediu que o Brasil alcançasse superávits comerciais, resultando em sucessivos déficits no comércio exterior.
- 15 O desenvolvimento econômico impulsionado pelo café resultou na transformação completa da estrutura agrária brasileira, que abandonou o trabalho escravo em prol das formas mais modernas de organização do trabalho.
- 16 A dependência brasileira de tecnologia estrangeira foi um dos fatores que contribuíram para o aumento do padrão de vida de toda a população durante o período de expansão cafeeira.
- 17 O texto sugere que o sistema econômico tradicional brasileiro, apesar de seus problemas, conseguiu se reestabelecer e prosperar graças ao desenvolvimento da lavoura cafeeira.

Em relação aos aspectos linguísticos do texto II, julgue os itens a seguir.

- 18 O emprego do sinal indicativo de crase no segundo período do segundo parágrafo explica-se a partir da regência da preposição “a” pelo vocábulo “voltada”, a qual se une ao artigo “a”, que determina “exportação”.
- 19 A substituição da forma verbal “fosse” por **era** (último período do primeiro parágrafo) preservaria o sentido original do texto e a sua coerência.
- 20 No segundo período do primeiro parágrafo, o pronome “lo” em “restaurá-lo” refere-se a “café”.

- 21 No penúltimo período do segundo parágrafo, o sinal de dois-pontos empregado logo após “independente” indica introdução de segmento explicativo.
- 22 No segundo período do primeiro parágrafo, o vocábulo “vulto” é sinônimo de **importância**.
- 23 No trecho “As crescentes exportações de café que tomam logo um vulto que deixa a perder de vista o intercâmbio comercial do passado” (segundo período do primeiro parágrafo), o vocábulo “que” desempenha diferentes funções sintáticas nas duas ocorrências.
- 24 No último período do primeiro parágrafo, a segunda ocorrência do vocábulo “que” é um pronome relativo que retoma “época”.
- 25 No último período do segundo parágrafo, a substituição da preposição “de” por **em** no trecho “no momento de que nos ocupamos” preservaria a correção gramatical do texto.

## Noções de Direito Administrativo

Vinicius Marques

- 26 O governo do estado “X” criou uma autarquia, por meio de lei específica, destinada a regular e fiscalizar o setor de transportes no âmbito estadual. Após sua criação, foi determinado que essa autarquia seria responsável pela execução de políticas públicas de transporte e teria autonomia administrativa, financeira e patrimonial. Além disso, a nomeação do diretor-geral da autarquia foi feita diretamente pelo governador, sem necessidade de aprovação da Assembleia Legislativa. Nesse caso, a autarquia criada pelo estado “X” faz parte da administração direta, uma vez que é dotada de autonomia administrativa e financeira, estando, portanto, diretamente vinculada à autoridade governamental que a criou.
- 27 Paulo Mendes, professor de direito administrativo, durante uma de suas aulas, informou sobre o conceito de sociedade de economia mista. Para tanto, apresentou uma situação hipotética envolvendo uma empresa de transporte. Disse o seguinte: o estado “Y” criou a empresa “Transporte Seguro S.A.”, uma sociedade de economia mista com o objetivo de atuar no setor de transporte público urbano. A empresa, constituída sob a forma de sociedade anônima, possui participação majoritária do estado, enquanto o restante do capital social está dividido entre acionistas privados. Para o desempenho de suas atividades, a “Transporte Seguro S.A.” adota práticas comerciais competitivas, como a negociação direta com fornecedores e a oferta de serviços em um mercado no qual concorre com outras empresas privadas. Paulo apresentou o conceito correto de sociedade de economia mista na situação hipotética descrita.

- 28** O Governo Federal, com o objetivo de melhorar a gestão de hospitais públicos, criou a Fundação Saúde Brasil (FSB), uma fundação pública de direito privado com personalidade jurídica própria e autonomia administrativa, financeira e patrimonial. A FSB tem como função principal gerir os hospitais federais em várias regiões do país. Paralelamente, a Secretaria de Saúde, órgão do Ministério da Saúde, continua a ser responsável pela formulação das políticas de saúde pública no Brasil. A partir dessa situação hipotética, julgue o item a seguir: A Fundação Saúde Brasil (FSB) integra a administração direta do Governo Federal, pois, apesar de ser uma fundação com personalidade jurídica própria, continua vinculada ao Ministério da Saúde, devendo seguir suas diretrizes políticas e administrativas.
- 29** O município "Z", visando otimizar a prestação de serviços de saneamento básico, criou a empresa "Água Pura S.A.", uma sociedade de economia mista, com participação majoritária do poder público e o restante do capital dividido entre investidores privados. Posteriormente, a prefeitura decidiu transferir parte da gestão dos serviços de saneamento para a Secretaria Municipal de Infraestrutura, órgão diretamente subordinado ao prefeito. A decisão foi questionada judicialmente por investidores, alegando violação à autonomia da empresa e ao regime jurídico aplicável. No caso em tela, a empresa "Água Pura S.A." faz parte da administração indireta do município "Z" e, conforme jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), a criação de sociedades de economia mista para a prestação de serviços públicos submete essas entidades ao regime de direito público em sua totalidade, devendo seguir as mesmas regras impostas à administração direta.
- 30** O estado "W" pretende criar uma empresa pública para atuar na gestão e operação de um sistema de transporte ferroviário. Embora a empresa tenha autonomia administrativa e financeira, ela será supervisionada diretamente pela Secretaria de Transportes do estado. Um grupo de cidadãos questiona judicialmente a criação da empresa, alegando que, por ser supervisionada por um órgão da administração direta, a nova entidade deveria seguir integralmente o regime jurídico da administração direta, sem a autonomia pretendida. A partir dessa situação hipotética, julgue o item a seguir: A empresa pública que o estado "W" pretende criar, mesmo sendo supervisionada pela Secretaria de Transportes, fará parte da administração indireta, e, de acordo com a doutrina, terá autonomia administrativa e financeira, não se sujeitando integralmente às regras da administração direta.
- 31** Ainda sobre as autarquias, julgue o item a seguir: As autarquias, apesar de possuírem personalidade jurídica própria e autonomia administrativa, financeira e patrimonial, integram a administração direta, uma vez que exercem atividades típicas do Estado, como a regulação e fiscalização de determinados setores públicos.
- 32** João, servidor público municipal, foi aprovado em concurso para o cargo de analista de planejamento, sendo nomeado pela autoridade competente por meio de um ato administrativo publicado no diário oficial do município. No entanto, após a publicação, verificou-se que João não havia cumprido o requisito de apresentação do diploma de conclusão do curso superior, exigido para o cargo. Diante disso, a administração decidiu anular o ato de nomeação de João, justificando a ausência do requisito legal para o exercício do cargo. No exemplo citado, a anulação do ato administrativo de nomeação de João é um exemplo de controle interno da administração pública, sendo possível porque os atos administrativos que contêm vício de legalidade podem ser anulados pela própria administração, com efeitos *ex tunc*.
- 33** Ana, cidadã residente no município "X", requereu junto à prefeitura uma licença para realizar uma obra em sua residência. O pedido foi deferido por um servidor responsável, e a licença foi emitida. Porém, após a emissão, foi descoberto que a obra infringia normas ambientais municipais, o que motivou a revogação da licença pela autoridade superior da prefeitura, justificando que a continuidade da obra poderia causar prejuízos ao meio ambiente. Na situação hipotética citada, a revogação da licença concedida a Ana é válida, pois, apesar de não haver ilegalidade no ato original, os atos administrativos podem ser revogados pela administração quando houver conveniência e oportunidade, com efeitos *ex nunc*.
- 34** Carlos, proprietário de um estabelecimento comercial, obteve uma autorização da prefeitura para realizar eventos culturais ao ar livre em sua praça particular. Após um ano de realização dos eventos, uma nova legislação municipal foi aprovada, restringindo a realização de eventos ao ar livre em áreas residenciais, o que incluía a região onde o estabelecimento de Carlos estava localizado. Com base nessa nova legislação, a prefeitura decidiu extinguir a autorização concedida anteriormente a Carlos. A autorização concedida a Carlos pode ser extinta pela administração pública por cassação, uma vez que o beneficiário do ato administrativo descumpriu os requisitos, retirando-o do ordenamento jurídico.
- 35** Ainda sobre o tema: "atos administrativos" e suas peculiaridades, julgue o item que se segue: O prefeito de uma cidade pequena, com o objetivo de incentivar o desenvolvimento local, expediu um decreto administrativo concedendo a uma empresa privada o direito de explorar um espaço público para a instalação de um mercado municipal. Contudo, após a celebração do contrato, constatou-se que o decreto foi emitido sem o devido processo licitatório, exigido pela legislação vigente. Diante dessa irregularidade, o novo prefeito, ao assumir o cargo, decidiu anular o decreto e o contrato administrativo, argumentando que o ato inicial era ilegal. Nesse caso, a anulação do decreto e do contrato administrativo pelo novo prefeito é legítima, uma vez que atos administrativos que apresentam vícios de legalidade podem ser anulados pela própria administração, com efeitos retroativos, em respeito ao princípio da legalidade.
- 36** Sobre o tema: agentes públicos, julgue os itens a seguir, tendo como base a doutrina administrativa prevista no edital. Roberto, servidor público concursado e ocupante de cargo efetivo no âmbito de um órgão estadual, foi nomeado para exercer um cargo em comissão de chefia no mesmo órgão, acumulando as responsabilidades de seu cargo efetivo e as novas atribuições do cargo

em comissão. Após alguns meses, surgiram denúncias de que Roberto estaria utilizando recursos públicos em benefício próprio, sem observar os princípios éticos que regem a administração pública. Diante disso, foi instaurado um processo administrativo disciplinar para apurar as condutas de Roberto, inclusive no exercício de suas funções no cargo em comissão.

Portanto, Roberto, mesmo ocupando um cargo em comissão, não pode ser exonerado a qualquer tempo, devendo ocorrer a necessidade de processo administrativo disciplinar, com ampla defesa e contraditório.

- 37** Mariana, servidora pública federal estável, foi aprovada em um novo concurso público para um cargo de nível superior no mesmo órgão em que trabalha, sem, no entanto, pedir exoneração de seu cargo anterior, que é de nível médio. Durante o estágio probatório no novo cargo, Mariana cometeu uma falta grave, que levou à abertura de um processo administrativo disciplinar. Como resultado, foi determinada a sua demissão do cargo em estágio probatório. Diante disso, Mariana questiona se a sua estabilidade no cargo anterior impede a demissão durante o estágio probatório.

A partir dessa situação hipotética, julgue o item a seguir:

A estabilidade no cargo anterior de Mariana não impede que ela seja demitida do cargo em estágio probatório, já que a estabilidade é vinculada ao cargo efetivo que ocupava anteriormente e não se estende automaticamente ao novo cargo para o qual foi aprovada.

- 38** Durante as eleições municipais de sua cidade, José foi convocado para atuar como mesário, assumindo temporariamente as funções de auxiliar da Justiça Eleitoral. Durante o exercício dessa função, José agiu de forma negligente ao permitir que eleitores votassem sem a devida conferência de seus documentos, o que resultou em uma série de votos irregulares. Após o ocorrido, foi instaurado um processo para apurar a responsabilidade de José. Ele alegou, em sua defesa, que, por ser um agente honorífico, não poderia ser responsabilizado civilmente por seus atos.

Nesse caso, José, na condição de agente honorífico, não responde civilmente por atos praticados no exercício de suas funções, uma vez que sua atuação é meramente colaborativa e não caracteriza vínculo com a administração pública.

- 39** Ainda acerca dos agentes honoríficos, julgue o item a seguir: Os agentes honoríficos, embora "prestem serviços públicos de forma transitória e sem vínculo permanente com a administração", não estão isentos de responsabilidade civil, penal e administrativa por eventuais atos irregulares cometidos no exercício de suas funções.

- 40** Sobre os poderes administrativos, julgue os itens que se seguem. O poder discricionário permite à administração pública praticar atos com margem de liberdade quanto ao seu objeto e motivo, sendo, portanto, insuscetível de controle pelo Poder Judiciário, uma vez que este não pode se imiscuir no mérito administrativo.

- 41** O município de Santo Antônio decidiu implementar um programa de revitalização de praças públicas, autorizando a contratação de uma empresa para a execução das obras. Durante o processo de licitação, a comissão responsável decidiu desclassificar a proposta de uma empresa, alegando que o valor apresentado era muito inferior ao preço de mercado, sem, no entanto, justificar adequadamente a desclassificação. A empresa desclassificada recorreu ao Judiciário, alegando violação do princípio da legalidade e da transparência.

Nessa situação hipotética, a desclassificação da proposta da empresa pela comissão de licitação é válida, pois a administração pública possui o poder discricionário de aceitar ou rejeitar propostas, independentemente de justificativa, visando sempre a conveniência administrativa.

- 42** Uma grande empresa de eventos solicitou à prefeitura a autorização para realizar um show ao ar livre em uma área pública da cidade. Após análise, o setor de fiscalização da prefeitura negou a autorização com base em uma lei municipal que limita a realização de eventos em áreas públicas após determinado horário, para evitar perturbações à ordem pública e garantir o sossego dos moradores da região. A empresa, inconformada, argumenta que a decisão da prefeitura fere seu direito à livre iniciativa e a liberdade de expressão, uma vez que o evento teria um caráter cultural.

A partir dessa situação hipotética, julgue o item a seguir.

A negativa da prefeitura em conceder a autorização para o evento é uma manifestação legítima do poder de polícia administrativa, que pode impor restrições ao exercício de direitos individuais em nome do interesse coletivo, desde que observados os princípios da proporcionalidade e razoabilidade.

- 43** Ainda sobre o poder de polícia, julgue o item a seguir. O poder de polícia administrativa pode ser delegado integralmente a particulares mediante contrato, desde que se trate de atividades materiais, como fiscalização e aplicação de sanções, uma vez que não envolvem o exercício de autoridade pública.

- 44** Sobre o controle legislativo, julgue o item que se segue. O controle legislativo sobre a administração pública se dá exclusivamente por meio da aprovação de leis, não abrangendo outras formas de fiscalização, como a criação de comissões parlamentares de inquérito (CPIs) ou a convocação de ministros de Estado para prestar esclarecimentos.

- 45** O poder de polícia administrativa é caracterizado por sua atuação preventiva e repressiva, podendo ser exercido de forma discricionária pela administração pública, especialmente quando se refere à regulamentação de atividades que possam comprometer a ordem pública, a segurança e a saúde coletiva.

- 46 Joana, servidora pública federal, foi designada por sua chefe direta, Maria, para coordenar um projeto de modernização do setor. Durante o desenvolvimento do projeto, Joana discordou de algumas diretrizes impostas por Maria, que, apesar de não concordar com o posicionamento de Joana, permitiu que a servidora continuasse o trabalho sem modificações. Mais tarde, o superior imediato de Maria determinou que a chefe reavaliasse o projeto e corrigisse todas as inconformidades apontadas por Joana, impondo que as diretrizes fossem seguidas estritamente. Inconformada, Maria alegou que essa interferência violava sua autonomia na coordenação do setor. No caso citado, a determinação do superior hierárquico de Maria para reavaliar e corrigir as diretrizes impostas não viola o princípio da autonomia funcional de Maria, visto que o poder hierárquico concede aos superiores o direito de fiscalizar, revisar e modificar atos dos subordinados.
- 47 Carlos, servidor público federal, foi denunciado por sua colega Ana por, supostamente, ter utilizado o e-mail institucional para fins pessoais e por ter se ausentado do serviço sem justificativa durante o expediente em várias ocasiões. A chefia imediata de Carlos instaurou um processo administrativo disciplinar (PAD) para apurar os fatos. Ao final do processo, foi verificado que Carlos realmente utilizou o e-mail institucional para fins privados, mas não foi comprovada a acusação de ausência injustificada. Com base nas conclusões do PAD, a administração aplicou uma advertência a Carlos, proporcional à infração cometida. Nesse caso, a aplicação de penalidade a Carlos pela utilização indevida do e-mail institucional é uma expressão do poder hierárquico, uma vez que este confere à administração a prerrogativa de apurar infrações funcionais e aplicar sanções aos servidores públicos de acordo com a gravidade da conduta.
- 48 Paulo, servidor público responsável pela análise de pedidos de licença para construção de imóveis, recebeu uma solicitação de licença de um cidadão para a construção de uma residência. Após análise dos documentos apresentados, Paulo constatou que todos os requisitos legais para a concessão da licença estavam devidamente preenchidos, conforme as normas municipais. Entretanto, Paulo acredita que a região onde a obra será realizada já está saturada de edificações e, por questões de conveniência, decidiu indeferir o pedido de licença. A partir dessa situação hipotética, julgue o item a seguir. O indeferimento do pedido de licença para construção, com base na conveniência pessoal do servidor, caracteriza violação ao princípio do poder vinculado, pois, nesse caso, a administração não possui margem de discricionariedade e deve conceder a licença quando todos os requisitos legais forem atendidos.
- 49 Um cidadão foi vítima de lesão corporal grave durante uma operação policial que visava prender um grupo de criminosos em uma área residencial. Embora a ação tenha sido direcionada aos criminosos, um dos tiros disparados por um policial atingiu o cidadão que passava pelo local, resultando em danos físicos. O cidadão, por meio de seu advogado, entrou com uma ação judicial pedindo a responsabilização civil do Estado, alegando que a operação policial foi conduzida de maneira negligente. Nesse caso, a responsabilidade civil do Estado no caso apresentado é objetiva, sendo suficiente a comprovação do nexo causal entre a ação do agente público e o dano sofrido pelo particular, independentemente da demonstração de dolo ou culpa do agente.
- 50 Ainda sobre a responsabilidade civil do Estado, em caso de danos causados por omissão do Estado, a responsabilidade civil será objetiva, aplicando-se o mesmo critério adotado para danos causados por ação direta de agentes públicos, conforme jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal (STF).



## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### Segurança Judiciária – Segurança de Dignitários – Tópicos 1, 1.1, 1.2, 1.3, 2, 2.1, 2.2 e 2.3

Fernando Marinha

- 51** A teoria dos círculos de segurança de dignitários, em especial a sua versão modificada, define área de segurança como dimensão física do ambiente operacional (ambiente físico e infraestrutura). Essas áreas são a delimitação do terreno, em níveis de segurança, a fim de estabelecer limites, definir responsabilidades e coordenar ações entre os diversos atores envolvidos na tarefa.  
Acerca da referida doutrina, julgue o item a seguir.  
Define-se como área de segurança aproximada o espaço em que a autoridade se encontra e indica as atividades e equipes da tarefa proteção. Esse espaço é geralmente delimitado por um ambiente restrito, móvel ou imóvel. Em espaço aberto é delimitado pelo alcance dos meios de reação da turma de segurança pessoal, particularmente do módulo básico, que deve possuir total controle da situação em caso de ação hostil.
- 52** Compreendem-se como etapas do processo de avaliação de riscos a identificação, avaliação e análise de riscos. Sobre essas, julgue o item que se segue.  
O propósito da análise de riscos, última fase do processo de avaliação de riscos, é apoiar decisões. A identificação de riscos envolve a comparação dos resultados da análise de riscos com os critérios de risco estabelecidos para determinar onde é necessária ação adicional.
- 53** Sobre o planejamento de contingências, julgue o item que se segue.  
Um planejamento de contingência consiste no preestabelecimento de um elenco de providências destinadas a prevenir ou minimizar os possíveis impactos que a ocorrência de determinados eventos possa causar à produção ou prestação de serviço de uma empresa.
- 54** Sobre o planejamento de contingências, julgue o item a seguir.  
O planejamento pode adotar, entre outras, a seguinte metodologia: fixar objetivos; fixar políticas e alcance; analisar riscos e ameaças potenciais e/ou reais; fixar tarefas e definir responsabilidades; promover capacitação e manutenção; treinamentos.
- 55** A respeito da segurança e gestão de áreas e instalações, em especial a segurança física propriamente dita, julgue o item a seguir.  
As barreiras físicas são normalmente a modalidade de segurança física mais conhecida e utilizada, em particular nas instalações (intraprédios). A categoria abrange películas de todo gênero, cortinas e persianas, inclusive resistentes a projéteis de arma de fogo (PAF), as cancelas, guaritas e seteiras, os "olhos mágicos", alarmes e sensores, bem como quaisquer outros itens com o mesmo perfil e finalidade.
- 56** Em relação às técnicas de defesa pessoal, julgue o item seguinte.  
Há situações em que o agente policial é impelido a se prevenir de uma agressão e controlar um agressor, para isso se valerá de métodos e técnicas de defesa pessoal sem, contudo, fazer uso de violência e de força excessivas.

### Segurança Judiciária – Tópico 3

Maurício Franceschini

- 57** No que tange aos conceitos de segurança da informação e graus de sigilo da informação, julgue a sentença a seguir.  
Os graus de sigilo foram estabelecidos no sentido de permitir o máximo de acesso possível à informação, uma vez que a premissa básica diz que “o acesso é a regra, e o sigilo, a exceção”.
- 58** Quanto aos aspectos básicos de segurança da informação, envolvendo as vulnerabilidades e ameaças relacionadas a eles, julgue o próximo item.  
A vulnerabilidade pode ser considerada uma falha de configuração que pode comprometer a segurança, abrindo brechas para a exploração de ameaças.
- 59** Quanto aos conceitos associados a ameaças, vulnerabilidades, riscos, incidentes e danos que envolvem os aspectos de segurança da informação, julgue o item seguinte.  
Um risco é o resultado negativo de um incidente de segurança, que pode afetar a confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados e sistemas.
- 60** Com relação às noções de segurança da informação, que envolvem os atributos básicos, julgue a seguinte afirmativa.  
A assinatura digital é gerada por meio da chave pública do autor da informação, enquanto sua verificação se dá por meio da chave privada de quem está validando a informação.
- 61** Quanto aos aspectos concernentes aos princípios básicos e às ferramentas que asseguram a segurança da informação, julgue a assertiva a seguir.  
Um certificado digital ICP-Brasil possui a chave simétrica do seu proprietário.
- 62** No que diz respeito aos aspectos relacionados à segurança da informação e ao comportamento do agente, julgue o item seguinte.  
O uso de senhas fortes é a única forma garantida de se assegurar a proteção dos dados de um usuário.

**Segurança Judiciária – Tópicos 4, 4.1 e 4.2****Diego Fontes**

- 63** O acadêmico estadunidense Sherman Kent é responsável por uma publicação fundamental no campo da inteligência. Esta obra tornou-se referência essencial para diversas agências de inteligência ao redor do globo, incluindo as brasileiras. Kent propôs uma das definições mais amplamente reconhecidas e adotadas sobre inteligência, caracterizando-a por meio de uma tríade: conhecimento (produto), organização e atividade (processo). A inteligência como organização diz respeito à sua estrutura funcional, tratando-se do conjunto de organizações ou instituições que se qualificam como serviços de inteligência.
- 64** A contrainteligência possui apenas um viés defensivo, focando exclusivamente em frustrar os esforços de agentes adversos, sem envolver-se em ações ofensivas como o recrutamento de agentes adversários ou a disseminação de desinformação.
- 65** A inteligência de sinais (SIGINT) é uma forma de inteligência técnica (TECHINT) que apresenta como principais vantagens o baixo custo e a capacidade de alcançar alvos inacessíveis a meios técnicos, incluindo considerações pessoais.
- 66** Na fase de análise do ciclo de produção do conhecimento de inteligência, o analista decompõe os dados e/ou conhecimentos reunidos e pertinentes em suas partes constitutivas, já devidamente avaliadas e relacionadas aos aspectos essenciais levantados, examinando cada uma delas a fim de estabelecer sua importância em relação ao assunto estudado.
- 67** A Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) tem autonomia para comunicar-se livremente com todos os órgãos da administração pública, sem necessidade de conhecimento prévio de autoridades superiores, a fim de agilizar o fluxo de informações essenciais à segurança nacional.
- 68** O órgão central do Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN) tem a competência de firmar contratos, convênios, acordos de cooperação técnica e instrumentos congêneres, inclusive com entes federativos e pessoas jurídicas de direito privado, visando promover a integração do SISBIN.

**Segurança Judiciária – Tópico 6****Raylton Carvalho**

- 69** Conforme a Norma Regulamentadora n. 06, equipamento de proteção individual é o dispositivo ou produto de uso individual utilizado pelo trabalhador, concebido e fabricado para oferecer proteção contra os riscos ocupacionais existentes no ambiente de trabalho.
- 70** O triângulo do fogo é formado pelos seguintes elementos: combustível, comburente e calor/fonte de ignição.

- 71** É correto afirmar que rota de fuga: caminho contínuo, devidamente protegido e sinalizado, proporcionado por portas, corredores, “halls”, passagens externas, balcões, vestíbulos, escadas, rampas, conexões entre túneis paralelos ou outros dispositivos de saída, ou combinações desses, a ser percorrido pelo usuário em caso de emergência, de qualquer ponto da edificação, recinto de evento ou túnel, até atingir a via pública ou espaço aberto (área de refúgio), com garantia de integridade física.
- 72** O método de extinção de incêndio por resfriamento compreende a quebra da reação química com a retirada do calor.
- 73** Na sinalização de emergência, as expressões escritas utilizadas devem seguir as regras, termos e vocábulos da língua inglesa, podendo, complementarmente, e nunca exclusivamente, ser adotada outra língua.
- 74** A Reserva Técnica de Incêndio (RTI) é o volume de água destinado exclusivamente à utilização em caso de incêndio.

**Segurança Judiciária – Tópico 7****Fernanda Feitosa**

- 75** A manobra de Heimlich pode ser realizada em qualquer pessoa que esteja engasgada, independentemente da idade ou da causa do engasgo.
- 76** Bebês que estão engasgados devem ser virados de cabeça para baixo e sacudidos vigorosamente.
- 77** Queimaduras de terceiro grau não causam dor.
- 78** A principal causa de desmaio é a falta de ar.
- 79** Parada cardiorrespiratória sempre é causada por um problema cardíaco.
- 80** A cadeia de sobrevivência descreve as etapas para aumentar as chances de sobrevivência em casos de PCR.

**Segurança Judiciária – Tópicos 8, 8.1, 8.2, 8.3, 8.4, 8.5, 8.6, 8.7, 8.8 e 8.9****Rafael de Oliveira**

- 81** Segundo a Lei de abuso de autoridade, será admitida ação privada se a ação penal pública não for intentada no prazo legal, cabendo ao Ministério Público aditar a queixa, repudiá-la e oferecer denúncia substitutiva, intervir em todos os termos do processo, fornecer elementos de prova, interpor recurso e, a todo tempo, no caso de negligência do querelante, retomar a ação como parte principal.
- 82** Para que seja caracterizado o crime de resistência, é necessário que o agente use violência ou ameaça contra um funcionário público ou alguém que o esteja auxiliando na execução do ato.
- 83** A resistência passiva, que é a oposição sem qualquer conduta agressiva, não é considerada crime de resistência.

- 84** Segundo a Lei n. 7.716/1989, constitui efeito da condenação a perda do cargo ou função pública, para o servidor público, e a suspensão do funcionamento do estabelecimento particular por prazo não superior a três meses.
- 85** Segundo a Lei n. 10.741/2003, é dever da sociedade apenas zelar pela dignidade da pessoa idosa, colocando-a a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.
- 86** Segundo a Lei n. 10.741/2003, a obrigação alimentar é solidária, podendo a pessoa idosa optar entre os prestadores.
- 87** Segundo a Lei n. 10.098/2000, os centros comerciais e os estabelecimentos congêneres devem fornecer carros e cadeiras de rodas, motorizados ou não, para o atendimento da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.
- 88** Segundo a Lei n. 10.098/2000, o poder público promoverá a eliminação de barreiras na comunicação e estabelecerá mecanismos e alternativas técnicas que tornem acessíveis os sistemas de comunicação e sinalização às pessoas portadoras de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação, para garantir-lhes o direito de acesso à informação, à comunicação, ao trabalho, à educação, ao transporte, à cultura, ao esporte e ao lazer.
- 89** Segundo a Resolução Conjunta CNMP/CNJ n. 4/2014, o armamento, o modelo, o calibre e a munição a serem adquiridos pela instituição devem ser definidos pelo procurador-geral da República e pelo Presidente do STF.
- 90** Segundo a Resolução Conjunta CNMP/CNJ n. 4/2014, as armas de fogo institucionais e seus respectivos registros deverão ser brasonadas e gravadas com inscrição que identifique a Instituição.

### Noções de Direitos Humanos

Matheus Atalio

- 91** A indivisibilidade dos direitos humanos significa que não é possível estabelecer uma hierarquia entre os direitos civis e políticos e os direitos econômicos, sociais e culturais, sendo todos igualmente fundamentais.
- 92** A eficácia horizontal dos direitos humanos implica que eles são aplicáveis apenas nas relações entre o Estado e os indivíduos, não se aplicando às relações entre particulares.
- 93** Os direitos humanos são imprescritíveis, o que significa que, mesmo que um indivíduo demore a reivindicar a violação de um direito, ele não perde o direito de fazê-lo com o passar do tempo.
- 94** Os tratados internacionais de direitos humanos aprovados no Brasil pelo rito ordinário possuem hierarquia de lei ordinária, não podendo prevalecer sobre a legislação interna que seja contrária aos seus preceitos.

- 95** O Eixo Orientador II do PNDH-3 estabelece, entre suas diretrizes, a necessidade de promover um modelo de desenvolvimento sustentável que seja inclusivo, ambientalmente equilibrado e culturalmente diverso, valorizando a pessoa humana como sujeito central do processo de desenvolvimento e reconhecendo os direitos ambientais como direitos humanos, inclusive para as gerações futuras.
- 96** A Convenção Americana sobre Direitos Humanos, em seu artigo 4, proíbe completamente a pena de morte em todos os Estados Partes.
- 97** A Corte Interamericana de Direitos Humanos pode emitir pareceres consultivos a pedido dos Estados Membros da OEA ou de outros órgãos da organização, mesmo que não haja um caso concreto.
- 98** O direito de petição à Comissão Interamericana de Direitos Humanos pode ser exercido diretamente por indivíduos ou grupos que aleguem violação de seus direitos pela Convenção Americana, sem a necessidade de representação por um Estado Parte.
- 99** O artigo 19 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos prevê que toda criança tem direito a medidas de proteção que sua condição de menor requer, por parte da sua família, da sociedade e do Estado.
- 100** A Magna Carta de 1215 é considerada um dos primeiros documentos históricos a limitar os poderes do rei e garantir alguns direitos fundamentais aos súditos, sendo um marco na afirmação histórica dos direitos humanos.

### Noções de Direito Penal e Direito Processual Penal

Pâmella Tayná

A respeito do direito penal, julgue os itens a seguir.

- 101** O princípio da retroatividade da lei penal mais benéfica não é aplicável às leis temporárias e excepcionais.
- 102** A conduta humana involuntária e a violação do dever objetivo de cuidado são elementos do crime culposos.
- 103** A legítima defesa da honra é uma causa supralegal de exclusão da ilicitude admitida pelo STF.
- 104** O STF e o STJ entendem que a captação clandestina de sinal de TV por assinatura não pode ser equiparada ao furto de energia elétrica.
- 105** A inexistência de bens ou de dinheiro em poder da vítima impede a caracterização de crime de roubo.
- 106** O crime de extorsão pode ter a pena aumentada se cometido com o emprego de arma branca.
- 107** Comete o crime de uso de documento falso aquele que, ao ser submetido a procedimento de busca pessoal por policiais, é encontrado portando um documento falsificado.

- 108** A configuração do delito de desacato tem como pressuposto que a ofensa tenha relação com o exercício da função pública e que seja praticada na presença do funcionário público.
- 109** O crime de tráfico de influência é, quanto ao sujeito ativo, próprio, pois exige que o agente ostente o poder de influenciar o agente público para a prática do ato do qual se beneficiará.
- 110** Em razão do bem jurídico tutelado, não se admite a aplicação do princípio da insignificância ao crime de contrabando de cigarros, ainda que a quantidade apreendida não ultrapasse mil maços.

Sobre o direito processual penal, julgue os itens seguintes.

- 111** O inquérito policial é um procedimento administrativo imprescindível à propositura da ação e, a depender da pessoa investigada, pode ser presidido por membro do Ministério Público.
- 112** É possível reconhecer constrangimento ilegal por excesso de prazo para a conclusão do inquérito policial, mesmo que o investigado esteja em liberdade e não tenha medidas restritivas impostas contra si.
- 113** Embora o inquérito policial seja, em regra, sigiloso, é garantido, ao investigado e à vítima, o acesso aos elementos de prova já documentados no processo investigativo.
- 114** No processo penal, o juiz não pode fundamentar sua decisão nos elementos informativos colhidos na investigação.
- 115** A inobservância do prazo de vinte e quatro horas para a realização da audiência de custódia não conduz à automática revogação da prisão provisória.
- 116** O flagrante presumido, caracterizado pela imediata perseguição de alguém em situação que se faça presumir ser o autor do delito, só é válido se a prisão ocorrer no prazo máximo de vinte e quatro horas.
- 117** Respeitadas as regras constitucionais da inviolabilidade domiciliar, a prisão provisória poderá ser efetuada à noite.
- 118** Admite-se a decretação da prisão preventiva nos crimes culposos punidos com pena privativa de liberdade máxima superior a quatro anos.
- 119** O relaxamento da prisão em flagrante não impede a decretação de prisão preventiva ou a imposição de medidas cautelares diversas da prisão.
- 120** O descumprimento de medida cautelar imposta como condição para liberdade provisória autoriza a decretação de prisão preventiva, ainda que o crime imputado ao agente tenha pena máxima inferior a quatro anos.



TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL + TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL

6º SIMULADO

CARGO 20: TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA

AGENTE DE POLÍCIA JUDICIAL

FOLHA DE RESPOSTAS

Item 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15  
Respostas

Item 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30  
Respostas

Item 31 32 33 34 35 36 37 38 39 40 41 42 43 44 45  
Respostas

Item 46 47 48 49 50 51 52 53 54 55 56 57 58 59 60  
Respostas

Item 61 62 63 64 65 66 67 68 69 70 71 72 73 74 75  
Respostas

Item 76 77 78 79 80 81 82 83 84 85 86 87 88 89 90  
Respostas

Item 91 92 93 94 95 96 97 98 99 100 101 102 103 104 105  
Respostas

Item 106 107 108 109 110 111 112 113 114 115 116 117 118 119 120  
Respostas



# GRANXPERTS

## O POTENCIAL

## VOCÊ JÁ TEM.

**Nós só precisamos te mostrar,**  
para juntos correremos rumo  
à sua aprovação.

O programa de coaching do Gran é o diferencial na sua preparação. Com ele, você chega mais longe e mais rápido. Nosso time de Xperts está de prontidão para guiar nossos alunos por caminhos em que o estudo é mais pragmático e organizado e o aprendizado vem de forma mais fácil e segura.



### PERSONALIZAÇÃO

Seu coach irá te apoiar e direcionar pelos longos e difíceis caminhos do estudo. Com técnicas e táticas personalizadas de acordo com suas necessidades, um plano estratégico de estudos será traçado para que você alcance resultados mais rápidos e satisfatórios.



### ACOMPANHAMENTO DE ROTINA

Com planos feitos, resta colocá-los em prática. Com ajuda para gerenciar e desenvolver sua rotina, você consegue ajustar sua jornada diária para que todas as suas necessidades sejam preenchidas ao longo das horas. Principalmente os estudos!



### PERCEPÇÃO DE CAPACIDADES

Onde você é muito bom, em que precisa melhorar, quais são seus limites, onde necessita de mais ajuda. Seu coach terá uma percepção clara de como você funciona e como deverá traçar suas metas e objetivos.



### MOTIVAÇÃO

Uma batalha travada com amigos ao lado é sempre mais fácil de encarar. Conte sempre com apoio, motivação, suporte, dicas, palavras de ânimo e, se precisar, até puxões de orelha que vão fazer você chegar aonde sempre sonhou.

**Contato para vendas:**

 (61) 99884-6348 | De segunda a quinta até as 22h e sexta até as 21h.



Quero fazer parte do  
programa granxperts